

MOUROS, TOPÓNIMOS E LENDAS: ALGUMAS ACHEGAS PARA O SEU ESTUDO

ALEXANDRA VIEIRA*

Resumo: *O principal objetivo deste trabalho pauta-se por compreender de que forma os vestígios arqueológicos permitem validar, ou não, alguns aspetos lendários relativos aos Mouros, em Portugal. Procedeu-se à análise de algumas lendas etiológicas e dos sítios arqueológicos com as quais se podem relacionar, tentando compreender microterritórios com base na ideia de que a paisagem é algo orgânico, que funciona como uma rede de lugares que se revelam a partir das práticas quotidianas das comunidades.*

Palavras-chave: *paisagem; vestígios arqueológicos; Mouros; topónimos; lendas.*

Abstract: *The main purpose of this work is to understand how the archaeological remains allow us to validate, or not, some legendary aspects related to the Moors in Portugal. My analysis is based on some etiological legends and archaeological sites with which they can be related, trying to understand micro territories based on the idea that the landscape is something organic, that works as a network of places revealed from the communities' daily practices.*

Keywords: *landscape; archaeological remains; Moors; place names; legends.*

INTRODUÇÃO¹

Que papel desempenham os vestígios arqueológicos nas dinâmicas de construção das paisagens? O estudo da paisagem é um enorme desafio para qualquer investigador, seja arqueólogo, geógrafo, etnógrafo, porque os caminhos de pesquisa são vários e muito distintos entre si. Do ponto de vista da arqueologia, existem pelo menos duas grandes vias de pesquisa. Por um lado, há a análise da paisagem a partir das arqueociências com vista à reconstituição de uma paleopaisagem, tentando perceber a forma como foi mudando ao longo dos tempos, ou reconstituindo-a num determinado contexto spatiotemporal. Por outro lado, é possível analisar a paisagem pelo prisma da sua dimensão imaterial e temporal, trabalhando a memória social de uma determinada comunidade.

[A] paisagem já não é apenas a expressão das relações entre a sociedade e o ambiente natural, mas também dos laços que ligam o presente à herança do passado. [...] A arqueologia da paisagem deve basear-se na reconstituição das paisagens enquanto «combinações sócio-ecológicas complexas». [...] [onde] às escalas espaciais devem associar-se as escalas temporais e a profundidade histórica².

* Investigadora do CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (unidade de I&D 4059 da FCT). Email: alexandramvieira@gmail.com; Instituto Politécnico de Bragança. Email: alexandra.vieira@ipb.pt.

¹ Gostaria de agradecer à Sandra Santos pela revisão do documento, e aos *peer reviewers* pelos seus comentários, o que permitiu melhorar, de forma significativa, o texto.

² BLANC-PAMARD, RAISON, 1986: 157.

Todavia, mais do que concentrar a atenção nos elementos físicos (relevo, flora e fauna), o foco centra-se na interpretação que as comunidades fazem sobre o mundo em que vivem e o espaço físico que as rodeia, perspetivando a paisagem enquanto «auto-biografia colectiva e inconsciente que reflecte gostos, valores, aspirações e medos» de uma comunidade; fazendo o exercício de procurar «as relações entre o inconsciente da memória colectiva e o imaginário na escolha das localizações, na identificação dos territórios do medo ou da admiração»³. Álvaro Campelo advoga a existência de um «valor» relativamente à paisagem, ou seja, «um locus de observação/ação que se constitui ao longo do tempo, e sempre referente ao tempo, um património de experiências, de saberes e de relações sociais, a estudar e a interpretar»⁴, o que nos permite pensar a paisagem como um «produto cultural imbuído de significações que traduzem as crenças e os valores da sociedade», tornando-se um «repositório de culturas e estilos de vida das formações sociais anteriores»⁵.

A paisagem reflete o passado através de um legado material (sítios arqueológicos) que, embora conservem parte da sua arquitetura, se inserem num outro contexto temporal e social, em qualquer dos casos, diferente. Deste modo, a referência a um passado mais remoto, enquadrado numa determinada lógica de pensamento (o «maravilhoso», o «encantamento», o «outro», o Mouro ou a Moira), permite compreender os vestígios arqueológicos presentes na paisagem. As paisagens humanas não são imutáveis, e a análise dos topónimos assim como da tradição oral, designadamente das lendas, permite a compreensão dos vestígios materiais herdados do passado, o que nos permite perceber as dinâmicas da paisagem a partir de um legado imaterial construído através de uma constante dialética de memória e esquecimento.

1. METODOLOGIA E FONTES DE INFORMAÇÃO

Como conjugar o estudo da arqueologia da paisagem com a tradição oral no âmbito das lendas etiológicas associadas aos Mouros, em Portugal? Neste caso em particular, propõe-se a realização de uma análise bibliográfica e documental (quando possível) a: documentos, publicações, mapas, cartas militares, entre outros. Em relação ao registo dos Mouros na bibliografia portuguesa, a obra que destacamos para este período é, efetivamente, as *Memórias Paroquiais de 1758*, que resulta de um inquérito realizado em todas as paróquias do país após o Terramoto de 1755. A sua análise permite-nos assinalar as designações dos sítios arqueológicos e os topónimos existentes em determinadas áreas geográficas, assim como as explicações populares para esses vestígios materiais que pontuavam a paisagem à época. Os padres anotavam o que dizia a tradição, que se plasma, muitas das vezes, sob a forma de lendas.

³ SALGUEIRO, 2001: 47.

⁴ CAMPELO, COSTA, VIEIRA, *ed.*, 2013: 35.

⁵ SALGUEIRO, 2001: 50.

Existe uma panóplia de publicações dos séculos XVIII, XIX e primeira metade do século XX que possuem informações relevantes e úteis para o trabalho que nos propomos desenvolver. Há obras que referenciam as tradições e o folclore associados aos Mouros, nomeadamente: as corografias, como por exemplo a *Corografia portuguesa e descriçãom topografica do famoso Reyno de Portugal*, do padre António Carvalho da Costa⁶; os dicionários geográficos do reino de Portugal, dos quais se destacam o *Diccionario Geografico* do padre Luís Cardoso ou o *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal⁷, cuja obra apresenta alguns dados mais controversos; as obras de alguns arqueólogos/etnógrafos, tais como José Leite de Vasconcelos, Martins Sarmento, Luís Chaves, Consiglieri Pedroso, Abílio Brandão, o Abade de Baçal – Francisco Manuel Alves, Ataíde Oliveira, entre outros⁸. A análise de algumas revistas de finais do século XIX/inícios do século XX: o «Archaeologo Português», revista ímpar na arqueologia portuguesa, ou outras como a «Revista de Guimarães», «Terra Portuguesa», «Lusitania: revista de estudos portugueses», «Opúsculos», apenas para enunciar alguns exemplos, também pode apresentar resultados relevantes para este tipo de pesquisa.

Atualmente existem vários autores cujo trabalho se debruça sobre as lendas, em geral, ou sobre os Mouros, em particular, e que se apresentam como excelentes bases de trabalho, contemplando obras no âmbito da literatura oral, cultura portuguesa e antropologia, tais como: Gentil Marques⁹; Amália Marques¹⁰; Lina Santos Mendonça¹¹, José Joaquim Dias Marques¹²; Maria Manuela Casinha Nova¹³; Maria de Lourdes Cidraes¹⁴; Alexandre Parafita¹⁵; Fernando Alonso Romero¹⁶; Buenaventura Aparicio Casado¹⁷; Rafael Quintía Pereira¹⁸.

Existem dois projetos que merecem ser destacados no âmbito desta pesquisa:

- a) O Arquivo Português de Lendas (APL)¹⁹, um projeto do Centro de Estudos Ataíde Oliveira, que se dedica ao «estudo da tradição oral (património cultural imaterial), nos seus vários géneros, nomeadamente contos, lendas, romanceiro, cancionero e provérbios»²⁰.

⁶ COSTA, 1706-1712.

⁷ CARDOSO, 1751; LEAL, 1874.

⁸ VASCONCELOS, 1897; SARMENTO, 1881; CHAVES, 1924; PEDROSO, 1881; BRANDÃO, 1911; ALVES, 2000 [1934]; OLIVEIRA, 1994.

⁹ MARQUES, 1997.

¹⁰ MARQUES, 2013.

¹¹ MENDONÇA, 2019.

¹² MARQUES, 2014, 2021.

¹³ CASINHA NOVA, 2012.

¹⁴ CIDRAES, 2013, 2014.

¹⁵ PARAFITA, 2006b, 2007.

¹⁶ ALONSO ROMERO, 1998.

¹⁷ APARICIO CASADO, 2004.

¹⁸ QUINTÍA PEREIRA, 2016, 2020, 2021.

¹⁹ «Arquivo Português de Lendas», 2022.

²⁰ «Centro de Estudos Ataíde Oliveira», 2022.

- b) O Arquivo Digital da Literatura Oral Tradicional (ADLOT), cujo principal objetivo se pauta pela «organização, sistematização e classificação do corpus recolhido durante os anos de 2002 a 2006 no âmbito da disciplina de Literatura Oral e Tradicional do Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras (Universidade de Lisboa) e guardado no Centro de Tradições Populares Portuguesas Prof. Manuel Viegas Guerreiro»²¹.

No que diz respeito ao trabalho de campo, o que só aconteceu pontualmente em relação a este trabalho, salienta-se a realização de prospeção arqueológica. Percorrer o espaço físico, vislumbrando as suas diferentes paisagens, percecionando vestígios arqueológicos, tendo contacto direto com os habitantes locais e encetando algumas entrevistas ou inquéritos devidamente estruturados à comunidade local, são mecanismos fundamentais para compreender e relacionar os vestígios arqueológicos com a tradição oral de uma determinada comunidade ou lugar.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS «MOUROS»

Os Mouros são associados a tempos remotos pelas comunidades locais. As Mouras estão associadas a tesouros, ouro e encantamentos ou feitiços. Segundo Martins Sarmiento o povo atribui aos Mouros todas as antigas construções, cujas relíquias abundam nos nossos montes e vales; muitos dos monumentos atribuídos aos Mouros já se encontravam em ruínas antes da passagem dos árabes pelo nosso país²².

Não pretendendo fazer uma síntese dos diferentes textos escritos sobre os Mouros na literatura portuguesa, gostávamos de enunciar apenas algumas interpretações que foram feitas por alguns arqueólogos portugueses sobre quem eram os Mouros.

*Em Foscôa, quando chove muito, vão 3 Marias pela madrugada, ao pé da fonte de Azinhate, junto ao templo da S.^a do Amparo, voltar uma pia que aí está, para a chuva abrandar. As Deusas-Mães, talvez campestres, parece que se transformaram na Idade-Média em fadas das fontes, etc., como as nossas Moiras*²³.

José Leite de Vasconcelos estabelece uma relação direta entre as Deusas-Mãe (pré-históricas) as fadas da Idade Média e as Moiras do seu tempo, parecendo demonstrar uma continuidade temporal para entidades sobrenaturais, femininas, que se articulam com as fontes. Carlos Alberto Ferreira de Almeida refere que, em finais da Idade Média, assim como nos séculos XVI e XVII, aumentou o medo das bruxas-feiticeiras, consideradas malignas, o que levou a que «muitas das funções menos más das fadas e aspectos

²¹ ADLOT, 2022.

²² SARMENTO, 1881: 105-106.

²³ *Cartas de Leite de Vasconcelos* [...], 1954: 13.

lendários tenham sido atribuídos às “Mouras”, sempre jovens, e as funções maléficas às velhas feiticeiras ou bruxas»²⁴. As Moiras teriam assimilado algumas das funções das fadas, sendo por isso entidades míticas. Mas dentro deste vasto universo existem ainda os Mouros «históricos»:

tem sido, por isso, privilegiada a dicotomia religiosa (cristianismo vs. islamismo) elaborada em torno de um conceito de «mouro histórico», que nem sempre coincide com a figura do «mouro mítico» presente na tradição popular; uma figura cujo universo conceptual foi sendo construído, ao longo dos tempos, quer sob a influência inspiradora daquela dicotomia, quer sob o impulso interpretativo do povo rural perante os mais variados fenómenos naturais e culturais (covas, mamoa, dólmenes, insculturas, castros, etc.) que o envolvem no seu meio ambiente. Sobre a figura do «mouro mítico», que é trazida até nós pelas narrativas da tradição oral (mitos e lendas, sobretudo), assim como pelos inúmeros registos toponímicos, há, em Portugal, escassez de investigação»²⁵.

Em 2023, este panorama de escassez de trabalhos de investigação está a mudar, mas talvez esse desinteresse pelo Mouro «mítico» se possa relacionar com a desvalorização da informação que existia em relação a essas entidades míticas, apelidadas, por vezes, de fantasiosas. Martins Sarmiento²⁶ demonstra algum espanto e desinteresse perante as «crendices» associadas aos Mouros que lhes eram transmitidas: «Essa é boa! — exclamei eu, meio pasmado do destempero da narrativa. [...] Algum disparate mais que havia acrescentar é de menos interesse ainda», perante a conversa com um aldeão que o guiou pelas Caldas das Taipas em 1855. Num outro texto, a propósito da utilização dos termos populares de *mamôa*, *mamunha*, *mamoinha*, *madorra* para designar um monte de terra «de forma mamilar», acrescenta: «O que eu não vi ainda foi que o seu verdadeiro destino se perpetuasse no correr da tradição. Sabe-se apenas que aquilo é obra de Mouros; sobre o seu prestimo phantasiavam-se todas as explicações, menos a que se aproxima da verdadeira»²⁷. Deste modo se infere que as explicações que se repetiam na tradição popular para as obras dos Mouros não tinham para si qualquer crédito, adjetivando-as de fantasias. Todavia, considera que as referências aos Mouros e aos tesouros são um bom indício da existência de vestígios arqueológicos, registando-as continuamente nas suas obras. Joaquim Rasteiro, ao descrever as *Notícias archeologicas da Peninsula da Arrabida* em 1897, tem o mesmo tipo de opinião sobre os «contos fantasiosos» dos Mouros e o descrédito que provocam: «isso vem envolto com contos tão fantasiosos de mouros e mouras encantadas, que tiram todo o credito á narrativa tradicional»²⁸.

²⁴ ALMEIDA, 1981: 211 nota 36.

²⁵ PARAFITA, 2006a:1-2.

²⁶ SARMENTO, 1990.

²⁷ SARMENTO, 1888: 112.

²⁸ RASTEIRO, 1897: 33.

No entanto, atualmente, ao contrário do pensamento que subjaz aos autores enunciados anteriormente, encontramos nestas referências aos Mouros informação relevante para a análise dos vestígios arqueológicos, no que concerne à sua localização, designação popular e topónimos, estado de conservação à época, crenças, entre outros dados. Vejamos alguns exemplos: relativamente ao Castro de São Juzenda (CNS²⁹ 136), Mirandela, as *Memórias Paroquiais* referem que «por cima de hum lugar chamado Quintas termo de Mirandella no direito de hum cabeça cha[ma]do de Sam Jusendo que foi Uilla e morada de mouros»³⁰. Em Quintela de Lapaças, Bragança, existe o sítio da Terroinha (CNS 17489): «e hé tradição neste lugar ter havido alli / huma Cidade de Mouros com o mesmo nome, de que se denomina a Serra»³¹. Neste lugar existe um povoado fortificado (CNS 17489³²) cuja cronologia se enquadra na Idade do Ferro e Romano. É circundado por uma única linha de muralha, bem definida ainda pelo seu talude e alguns derrubes³³. Relativamente ao Castelo de Algoso (CNS 676), Algoso, Vimioso: «Não hé Praça de Armas esta villa, mas tem hum castelo, por sima della, que dizem ser manufactura dos Mouros, edificado na iminencia de hum rochedo, de cuja altura largando a vista ao fundo se confunde para a parte do Sul, donde se faz inconquistavel, e pelas demais partes também o seria»³⁴. Estes dados permitem-nos colocar hipóteses sobre a localização dos sítios, fazer comparações relativamente ao estado de conservação atual e algumas das descrições pretéritas, assim como perceber como eram conhecidos aqueles sítios pelas comunidades locais (ex.: Terronha, Cidade dos Mouros, Serra, etc.). E é exatamente a questão da denominação dos sítios arqueológicos, e de lendas etiológicas associadas aos Mouros, que será explorada no próximo ponto.

3. LENDAS ETIOLÓGICAS ASSOCIADAS AOS MOUROS

*Para nós, [...], a literatura oral e tradicional é um elemento cultural e faz parte do património de uma comunidade. Face a isso, não poderá ser considerada como um elemento estritamente textual. Os seus textos podem ser estudados, do ponto de vista filológico-literário, histórico-cultural, etno-antrropológico, musicológico e cinético*³⁵.

A arqueologia da paisagem estuda paisagens culturais ou humanizadas, onde a atividade humana se reflete de variadas e inúmeras formas. Neste caso em particular,

²⁹ Código Nacional de Sítio, *vd.* DGPC.PA, 2022.

³⁰ OLIVEIRA, 2006: 520.

³¹ OLIVEIRA, 2006: 400.

³² Sempre que recorremos aos dados do Portal do Arqueólogo colocamos o código nacional de sítio entre parêntesis e fazemos referência à Direção-Geral do Património Cultural – Portal do Arqueólogo (DGPC.PA) seguido da data do ano que se realizou a pesquisa.

³³ DGPC.PA, 2017.

³⁴ CAPELA *et al.*, 2007.

³⁵ MENDONÇA, 2018: 7.

o foco do nosso estudo é a tradição oral. Este tema pode ser abordado de diferentes perspetivas, nomeadamente pela literatura, pela história/arqueologia, pela antropologia, entre outras, tal como afirma Lina Santos Mendonça. E de acordo com a explicação de João David Pinto Correia «o emprego da palavra “literatura” (derivada, como sabemos de “littera”, letra grafada), [...] aplicada a uma realidade que é oral foi pouco a pouco aceite pela comunidade académica e científica no seu significado mais lato de “conjunto de práticas linguístico-literárias”». Quanto à utilização da palavra «tradicional», representa um verdadeiro acervo documental de cantigas, adivinhas, contos, lendas, etc.:

que se transmite pela memória sem preocupação com a autoria original, atravessando épocas, continuando-se e efectivando-se pela performance ao vivo, nas diferentes situações sócio-culturais das comunidades; há composições que se transmitem há vários séculos, outras só há alguns anos. Nessa transmissão, vão adquirindo pormenores na sua variação³⁶.

Deste vasto universo da literatura oral tradicional destacamos as lendas, e, neste caso em particular, lendas relativas aos Mouros e Moiras da Península Ibérica; em primeiro lugar, porque as conseguimos relacionar com os vestígios arqueológicos; em segundo lugar, porque constituem um excelente instrumento de análise da paisagem³⁷ e da forma como as comunidades refletem, por exemplo, as suas crenças e a sua própria ordem social³⁸.

Alexandre Parafita apresenta a lenda como um «relato transmitido por tradição oral de factos ou acontecimentos encarados como tendo um fundo de verdade, pelo que são objeto de crença pelas comunidades a que respeitam»³⁹. Maria de Lourdes Cidraes define lenda da seguinte maneira: «é uma narrativa breve, em que são narrados acontecimentos extraordinários, apresentados como verdadeiros ou verosímeis e situados no espaço e no tempo». Apesar da definição de lenda não ser consensual, parecem existir alguns parâmetros que são considerados consensuais entre os diferentes autores: é um género narrativo que possui um carácter extraordinário devido aos acontecimentos narrados, a ação contempla um tempo e um espaço determinados e afirma-se como verdade ou verosímil para com a realidade⁴⁰, entre outros aspetos.

Neste artigo vamos abordar sumariamente as lendas etiológicas que explicam ou estão na origem de um nome próprio, nomes de povoações ou lugares e que se relacionam ou se sobrepõem com as lendas dos Mouros. Na classificação técnica do ADLOT vamos abordar as Lendas Etiológicas (N1b 28.4), nomeadamente a Origem dos Nomes/Lendas

³⁶ CORREIA, [s.d.].

³⁷ ALVES, 2001.

³⁸ GONZÁLEZ REBOREDO, 1999.

³⁹ PARAFITA, 2006b: 61.

⁴⁰ CIDRAES, 2013.

Etimológicas (N1b 28.4e) – Topónimos (N1b 28.4e.1)⁴¹. Optámos por fazer dois pequenos exercícios com base em lendas relatadas em duas localidades de Trás-os-Montes e Alto Douro: Espadanedo, em Macedo de Cavaleiros, e Castro Vicente, em Mogadouro.

3.1. Espadanedo (Macedo de Cavaleiros)

Relativamente à origem do nome da freguesia de Espadanedo, localizada no concelho de Macedo de Cavaleiros, encontramos duas lendas que se referem aos Mouros e que explicam a designação deste lugar:

O rei mouro e as doze donzelas

Dizem os antigos que a norte da aldeia de Bousende, concelho de Macedo de Cavaleiros, viveram os mouros num sítio a que chamam Fragão. E que se refugiavam ali para verem melhor ao longe e se defenderem dos cristãos. Dizem também que nesse lugar abriram uma passagem secreta por debaixo da terra até à ribeira, onde levavam os animais a beber sem ninguém os ver.

Ora, no sítio do Fragão há ainda hoje uma pedra em cima das outras, a qual era usada pelos mouros para comunicarem a grandes distâncias. Bastava que a puxasse e ela emitia um som muito forte. Conta-se também que este som era o sinal do rei mouro quando queria comunicar com os seus servos, e que, mal o ouviam, reuniam-se rapidamente para receberem ordens.

Um dia o rei ordenou-lhes que fossem ter com os cristãos para lhes exigirem doze donzelas para o seu harém. Só que os cristãos não cederam. Travou-se então uma grande batalha. E diziam:

— Espada nele! Espada nele!

Diz-se que foi com este grito que os cristãos ganharam ânimo e venceram. Por isso aquela terra ficou com o nome de Espadanedo⁴².

[Espada nele! Espada nele!]

No sítio chamado Vila dos Mouros, termo de Espadanedo, concelho de Macedo de Cavaleiros, situado no cume de um outeiro, onde ainda se divisam restos de fortificações, fossos e pedregulhos derrubados, vivia um mouro poderoso, que exigia anualmente dos povos cristãos vizinhos um certo número de donzelas para o seu harém.

Um dia, resolvidos a acabar com tão vexatório tributo, revoltaram-se ao grito de «Espada nele! Espada nele!», [ou seja] «mata-o, passa-o à espada». De onde, segundo a etimologia popular, veio à povoação o nome Espadanedo.

⁴¹ CIDRAES, [s.d.].

⁴² PARAFITA, 2006b: 248.

antigos (arqueológicos) ou será uma questão toponímica? De momento não sabemos responder a estas questões. Tencionamos apenas caracterizar de forma muito sucinta estes três sítios arqueológicos.

A Pena Mourisca é um povoado fortificado de grande altitude, localizado no ponto mais alto da Serra de Bouzende, onde fica o marco geodésico da Pena Mourisca. Foi detetada uma linha de muralha, bastante derrubada, assim como numerosos materiais cerâmicos; a cronologia apontada para este sítio insere-o na Idade do Ferro (Bronze Final?)⁴⁵. Em meados do século XVIII o padre Luís Cardoso a propósito de Bouzende, diz-nos que a serra que existe neste local se chama:

*Penha Mourisca, que tem uma legoa de comprido, e outra de largo, habitação antiga dos Mouros, na qual se achão os vestígios de moradias deles, feitos de pedra, e cal; junto da mais alta Penha se acha um letreiro com letras Mouriscas, que não se podem ler: nesta terra se tem achado variedade de instrumentos, como são, martelos, argolas, e outras coisas, que mostram ter sido povoação antiga*⁴⁶.

Relativamente ao sítio do Fragão, conforme é referido na primeira lenda, reporta-se ao sítio arqueológico conhecido por três nomes diferentes: Sino dos Mouros/Embanadouro/Fraga do Berço (CNS 23774). Localiza-se a cerca de 1 km a nordeste de Bouzende e aqui foi detetado «uma espécie de abrigo feito por uma fraga de granito que sobrepõe outras duas, associado a uma figura de um sino»⁴⁷. No seu interior encontrou-se um conjunto de fossetes. O coronel Albino Lopo refere a existência de inscrições e gravuras no topo da fraga, não localizadas nos trabalhos de relocalização arqueológica dos sítios⁴⁸. Existe uma outra lenda associada a este sítio arqueológico: A Pedra Baloizante (APL 3591):

A nordeste de Bouzende, concelho de Macedo de Cavaleiros, coisa de um quilómetro do povo, no cume de um cabeço coroado por uma longa fiada de fragedos graníticos chamados de Penha Mourisca, que marcam a divisória entre os termos de Bouzende e Soutelo Mourisco, fica a Fraga do Berço, também dita Sítio dos Mouros e ainda Embanadouro [...]. Oscila a um pequeno impulso, inclinando-se para um e outro lado, mas colocando-se um homem em cima dela e calcando alternadamente ora com o pé direito ora com o esquerdo, produz tão grande som que dizem ouvir-se em Ferreira, povoação distante dez quilómetros. De onde vem, segundo a lenda,

⁴⁵ DGPC.PA, 2017.

⁴⁶ CARDOSO, 1751: 244.

⁴⁷ DGPC.PA, 2022.

⁴⁸ DGPC.PA, 2022.

*que essa pedra oscilante foi um sino primitivo dos cristãos que, não podendo utilizar os de metal, se serviam dele para chamar os fiéis à oração, sem despertar a perseguição dos mouros*⁴⁹.

No que diz respeito à Vila dos Mouros (CNS 17258), o sítio fica perto de Espadanedo, para leste, sendo visível a partir do cemitério. O processo de florestação da zona terá destruído uma parte considerável do povoado, sendo que praticamente não se detetam materiais à superfície nem existem indícios de muralhas e fossos, conforme foi relatado na memória oral e na bibliografia redigida sobre o sítio. É curiosa esta descrição do sítio no Portal do Arqueólogo, o que poderia justificar a referência a um caminho subterrâneo:

*Na vertente a nascente existe ainda uma abertura, que se enfia para dentro do povoado, e que parece corresponder a uma entrada de mina. Do lado oposto, poderá existir outra abertura, não visitável devido ao denso matagal que a cobre. Assim sendo, é de colocar a hipótese de este se tratar de um povoado mineiro, de época romana, não excluindo a possibilidade de ter uma fundação anterior*⁵⁰.

Esta abordagem, que optamos por fazer, pautou-se, num primeiro momento, por observar as diferentes lendas etiológicas referidas na bibliografia consultada (já exposta anteriormente) relativas aos Mouros. Posto isto, começamos a descartar aquelas com as quais não conseguíamos cruzar os vestígios arqueológicos, a partir da análise do Portal do Arqueólogo, incidindo a pesquisa por concelho ou freguesia. Posteriormente, escolhemos a lenda de Espadanedo, tendo encontrado duas versões. Agora, nesta primeira análise, ainda muito superficial, tentamos apenas correlacionar as duas versões da lenda com os sítios arqueológicos georreferenciados no Portal, realizando pesquisas complementares para encontrar dados sobre os sítios arqueológicos.

Os dados apresentados podem servir de base para um trabalho posterior, mais aprofundado, pois fazem surgir imensas questões e abrem muitos campos de pesquisa, nomeadamente a questão dos sinos, que aparece em várias lendas, não só em Trás-os-Montes, mas um pouco por todo o país. Por outro lado, colocam-se um conjunto de questões que poderão orientar trabalhos futuros: Qual será o significado das diferentes designações dos sítios arqueológicos? Como se relacionam estes vestígios arqueológicos entre si? Qual é a estrutura de povoamento do território? Como surgiu e se foi organizando a freguesia? Existem outras lendas ou tradições associadas aos sítios? De que forma o espaço geográfico condiciona e estrutura os topónimos e os vestígios arqueológicos?

⁴⁹ PARAFITA, 2006b: 252.

⁵⁰ DGPC.PA, 2022.

3.2. Castro Vicente (Mogadouro)

A lenda de Castro Vicente⁵¹ (APL 112) explica um conjunto de topónimos relativos à região de Trás-os-Montes e Alto Douro e correlaciona-se com alguns vestígios arqueológicos que iremos caracterizar de forma muito sucinta, assim como outras lendas, das quais faremos apenas uma breve referência.

Conta a lenda que, pelo século VIII da era cristã, quando os Mouros dominavam ainda a Península Ibérica, por estas terras do Nordeste Transmontano, havia um mouro que se encontrava na fortaleza do monte Carrascal, onde é hoje o Santuário de Balsamão da freguesia de Chacim, concelho de Macedo de Cavaleiros.

Este mouro lançara um odioso tributo — O Tributo das Donzelas — que conseguiu impor aos povoados destas imediações. Consistia o nefando Tributo, em obrigar todas as donzelas, no dia do casamento, a irem passar a noite de núpcias, no leito do mouro poderoso e sensual.

Aconteceu que uma formosa donzela de Castro foi pretendida pelo filho do chefe dos «Cavaleiros das Esporas Doiradas» de Alfândega da Fé. A jovem honesta e digna recusava-se ao casamento, para não se sujeitar ao tributo das donzelas que o infame mouro do monte Carrascal exigia. O noivo garantiu-lhe que o mouro não a obrigaria a prestar esse tributo, porque no dia do casamento mobilizaria os «Cavaleiros das Esporas Doiradas», para fazerem frente ao cruel e tirânico mouro.

Numa manhã radiosa, os noivos e muito povo dirigiram-se para a capela do Santo Cristo da Fraga, onde se realizariam os sponsais. Quando o cortejo regressava a casa dos pais da noiva, um possante e feroz mouro, cumprindo as ordens do Emir do monte Carrascal, raptou a noiva e colocou-a no cavalo, sendo acompanhado por uma grande e terrível escolta de soldados mouros. Ainda não tinham chegado os «Cavaleiros das Esporas Doiradas» de Alfândega. Quando chegaram, dirigiram-se para o monte Carrascal, seguindo à frente o noivo desorientado. No sopé do monte Carrascal, travou-se um terrível combate, entre mouros deste monte e os cristãos de Castro, de Alfândega e de mais povoações circunvizinhas.

No ardor do combate, apareceu no Céu, a imagem branca de Nossa Senhora, qual Divina Enfermeira, com um vaso de bálsamo na mão, a curar os cristãos feridos que, de novo, voltavam para o combate.

O noivo conseguiu penetrar na alcova do cruel e tirânico mouro, o Emir, a quem decepou a cabeça. Ao seu encontro vem a sua querida esposa já desfalecida, mas ileso do nefando tributo.

Deste acontecimento resultou o nome de Castro Vicente (em documentos antigos aparece com a designação de VENCENTE), pela vitória alcançada; Alfândega, nome de

⁵¹ Arquivo Português de Lendas, 2022.

origem árabe (Alfandag...) recebeu o nome de Alfândega da Fé. A chacina dos mouros deu o nome a Chacim.

Diz a tradição que a Capela-Mor do actual Santuário de Balsamão fora uma antiga Mesquita de mouros; assim como o Santuário do Santo Cristo da Fraga de Castro Vicente sobranceiro ao rio Sabor, fora também uma Mesquita de mouros que tinha sido conquistada pelos Cristãos, na época histórica da reconquista, e onde se tinha realizado o casamento da donzela de que nos fala a Lenda de Castro Vicente⁵².

No decorrer da nossa pesquisa detetámos lendas muito semelhantes à lenda de Castro Vicente; são diferentes versões que apresentam muitas diferenças, quer na extensão do texto (umas são mais completas, outras muito mais sucintas), quer no que se refere ao nome das personagens (nomes comuns ou nomes de personagens históricas, reis e etc.), ou ainda relativamente ao título que lhes foi atribuído ou a que localidade se referem. Gentil Marques refere a lenda do Bálsamo na Mão⁵³; Alexandre Parafita⁵⁴ apresenta três versões diferentes: versão, A, B e C para a lenda da «Senhora do Bálsamo na Mão», citando diferentes fontes, nomeadamente Pinho Leal sobre a lenda «d'Os cavaleiros das esporas douradas» (Alfândega da Fé). Teófilo Braga cita o *Diccionario abreviado de chorographia, topographia, e archeologia das cidades, villas e aldêas de Portugal* de José Avelino de Almeida, publicado em 1866:

Um habitante da Alfândega da Fé recusou-se a ceder sua noiva para a prelição, onde resultou uma renhida peleja entre cristãos e mouros. Como os cristãos eram poucos, Nossa Senhora veio socorrê-los, trazendo uma âmbula de bálsamo na mão, com que ia dando vida aos mortos e sarando os vivos. Em reconhecimento da vitória alcançada por este modo, o povo fez uma ermida a Nossa Senhora do Bálsamo na Mão, e ainda hoje se celebra ali a festa do Cara-Mouro, resultando para a Aldeia o nome de Chacim da chacina, que ali se fez nos infiéis, e para a povoação de Alfândega o título da Fé⁵⁵.

Relativamente ao Tributo das Donzelas e aos Cavaleiros das Esporas Douradas, são questões ainda muito nebulosas, que exigem um trabalho de pesquisa bastante aprofundado. A propósito da aparição de Nossa Senhora e a partir do estudo dos ex-votos que se encontram neste santuário, considera-se que: «A envolveria lendária em que surge o ermitério de Balsamão ditou desde cedo um longo percurso ligado ao milagre,

⁵² Arquivo Português de Lendas, 2022 [AFONSO, Belarmino (1985) *Raízes da Nossa Terra*. Bragança: Delegação da Junta Central das Casas do Povo de Bragança, pp.104-105 *apud* APL 112].

⁵³ MARQUES, 1997.

⁵⁴ PARAFITA, 2006b: 201, 248-251.

⁵⁵ BRAGA, 1987.

estigmatizando-o como lugar de culto»⁵⁶, o que de facto veio a acontecer, sendo inúmeros os relatos dos milagres operados por Nossa Senhora do Bálamo. Mas, mais do que isso, na nossa opinião, esta lenda, à semelhança, por exemplo, da lenda da Batalha de Ourique, confere «ao lugar um carácter especial, nacionalista, porque traz à terra o auxílio dos céus para a vitória de uma batalha empreendida contra o infiel, cruel invasor. Da vitória resultaria a sagração da mesquita ali estabelecida e a sua substituição por um templo cristão»⁵⁷. Como vimos, também a aparição de Nossa Senhora salvando os cristãos do jugo dos Mouros e levando-os à vitória implica uma análise cuidada, mas que excede os limites temporais deste artigo. Por esse motivo, optamos por centrar a nossa atenção nas referências ao território, nomeadamente na caracterização dos sítios arqueológicos.

Relativamente a esta versão da lenda de Castro Vicente, são mencionadas algumas localidades assim como alguns santuários. O texto começa por referir a fortaleza do Monte Carrascal, habitação do rei mouro, onde mais tarde se teria erigido o Santuário de Nossa Senhora de Balsamão (em virtude do milagre ocorrido), cuja localização atual da capela-mor se sobrepunha ao local de uma antiga mesquita. Uma donzela cristã de Castro (Mogadouro) apaixonou-se por um cavaleiro cristão de Alfândega da Fé e casou na Capela de Santo Cristo da Fraga, onde, supostamente, também teria sido erigida uma antiga mesquita, posteriormente transformada em santuário cristão. No sopé do Monte Carrascal deu-se o combate entre Mouros e Cristãos, que com a ajuda de Nossa Senhora os vencem, operando uma verdadeira chacina, que dá origem ao nome da freguesia de Macedo de Cavaleiros: Chacim. Por último, a vitória dos Cristãos é celebrada pelos habitantes de Castro ficando o nome associado a essa vitória: *Vencente*, ou seja, Castro Vicente e Alfândega, que passou a chamar-se Alfândega da Fé. Como pudemos demonstrar, existem inúmeras referências toponímicas a localidades que ainda hoje existem e a lenda relaciona localidades algo distantes entre si: Chacim, Alfândega da Fé e Castro Vicente. Atualmente, o Convento de Balsamão e a Capela do Senhor da Fraga distam entre si cerca de 18 km.

De seguida, tentaremos sobrepor estes dados toponímicos a sítios arqueológicos. Com base na análise dos sítios arqueológicos referenciados no Portal do Arqueólogo, na freguesia de Chacim existem dois locais que se poderão enquadrar neste registo lendário: o Castelo de Balsemão (CNS 17241) e o Castelucho de Balsemão (CNS 1926), para além do Santuário de Nossa Senhora de Balsemão (SIPA⁵⁸ 00020091). Este último terá destruído quase na totalidade o dito castelo medieval, para o qual se possui pouca informação, mas onde ainda se detetam «vestígios da antiga muralha, alguns derrubes, um talude e o arranque de uma pequena torre quadrangular que incorporava o antigo

⁵⁶ RODRIGUES, NAITO, 2007: 6.

⁵⁷ RODRIGUES, NAITO, 2007: 6.

⁵⁸ Sistema de Informação de Património Arquitectónico (SIPA).



Fig. 2. Pano de muralha (a sul) sendo visível o remate escalonado e vista de ângulo da face interior do cubelo
 Fonte: Fotografia de Paula Noé, 2010 (SIPA FOTO 01006260 e 01006264) apud NOÉ, 2013a

sistema de amuralhamento»⁵⁹, conforme se pode ver na Figura 2. Em 1954, restavam apenas as bases das duas torres do castelo, perto uma da outra, tendo-se procedido à reconstrução da torre da direita e permanecendo a torre da esquerda e vários troços das muralhas da cerca conforme estavam. O remate dos panos de muralha e do cubelo a oeste resulta de um conjunto de obras de restauro realizadas no século XX⁶⁰.

No Monte do Carrascal terão sido detetados vestígios da Idade do Ferro (alguns fragmentos de cerâmica manual na encosta sul), Romanos e da Idade Média. Situa-se «num grande cabeço sobranceiro ao rio Azibo», no local onde foi construído no século XIX o Convento de Balsemão. «Segundo as informações bibliográficas recolhidas, admite-se que aqui tenha existido uma vila medieval que evoluiu de um assentamento romano, mas que no século XVII encontrava-se já completamente abandonada»⁶¹. A construção da igreja conventual levou à descoberta de moedas romanas e vestígios osteológicos. Posteriormente, e noutro local, foi detetada uma necrópole com sepulturas escavadas na rocha.

O Castelucho de Balsemão (CNS 1926) é considerado um povoado fortificado de médias dimensões, que se localiza num relevo em «esporão sobre um meandro do Rio Azibo e sobre a foz da Ribeira de Chacim». O povoado tem uma linha de muralha, em xisto, que rodeia o esporão por todos os lados; a poente, foi detetado um torreão sobranceiro à muralha e ao acesso. Na parte nascente, local onde as estruturas se encontram em melhor estado de conservação, a muralha é antecedida de um fosso e existe um outro torreão.

⁵⁹ DGPC.PA, 2022.

⁶⁰ NOÉ, 2013b.

⁶¹ DGPC.PA, 2022.

São visíveis vários derrubes no interior do povoado, mas o matagal que o cobre é tão denso que não permite destrinçar estruturas nem materiais de superfície⁶².

Relativamente ao Convento de Balsamão, também denominado de Santuário de Nossa Senhora de Balsamão, estamos na presença de um espaço arquitetónico religioso constituído por vários edifícios e jardins construídos em diferentes momentos desde o século XVIII até ao século XX. Para além do antigo convento (recolhimento Barbadinho, composto por igreja, claustro e zona regal), que foi, entretanto, ampliado, existe um escadório e um caminho que ligam oito capelas dispostas ao longo da encosta que representam os Passos da Paixão de Cristo. Relativamente às capelas, sete possuem planta quadrangular e são tipologicamente semelhantes, à exceção da Capela dos Cajados (ou Capela do Divino Senhor da Costa), que é de maior dimensão, possui planta retangular e uma inscrição com a data de 1777 na porta⁶³. A designação de Capela dos Cajados estará associada a uma antiga prática de «deposição dos cajados como símbolos das promessas dos pastores e romeiros em honra do Senhor dos Passos»⁶⁴.

Curiosamente, junto a esta capela persistiram restos do Castelo de Balsamão, pelo que é possível estarmos na presença de um edifício romano ou medieval, entretanto reaproveitado como capela. Segundo Paula Noé, durante a Idade Média é possível que se tenha construído uma ermida, «atribuída à Ordem de Malta, sobre as ruínas de uma mesquita ou primitiva capelinha»⁶⁵.



Fig. 3. Vista geral do Monte de Nossa Senhora de Balsamão. Fonte: Fotografia de Paula Noé, 2010 (SIPA FOTO 01006515) *apud* NOÉ, 2013a

⁶² DGPC.PA, 2022.

⁶³ NOÉ, 2013a.

⁶⁴ RODRIGUES, NAITO, 2007: 3-4.

⁶⁵ NOÉ, 2013b.

O santuário implanta-se no cimo do monte de Balsamão, a 522 m de altitude, antigamente conhecido como Monte Carrascal, assim denominado em 1212 aquando da primeira notícia histórica do local, noticiando a existência de um castelo, durante o reinado de D. Afonso II. Mas o monte também terá ficado conhecido por Monte do Caramouro, de acordo com documentação histórica, já que a 2 de março de 1732 a câmara terá feito a doação do Monte do Caramouro aos congregados dos Barbadinhos⁶⁶. Nas *Memórias Paroquiais* de 1758, a propósito da Ermida e Santuário de Nossa Senhora de Balsamão:

E o santuário lindamente asseado, que não há outro igual na Província, aonde acodem procissões, principalmente no dia Segunda Feira depois das oitavas da Páscoa de Flores de cada um ano, dia em que celebra a Igreja o Mistério de Nossa Senhora dos Prazeres. E pelo decurso do ano frequentes romarias que fazem os devotos de um e outro sexo à milagrosa Senhora de Balsemão, em cujo santuário oferecem também, de tempo antiqüíssimo que a memória dos homens não alcança, na Segunda Feira depois da Páscoa do Espírito Santo, os moradores desta vila, uma vaca ou boi, aos pobres que se elegem em câmara. E esta devoção se oferece pelos casados de novo, em acção de graças à Milagrosa Senhora de tempo antiqüíssimo, por nos livrar daquela bárbaro tributo das donzelas naquela fortaleza, aonde se ainda hoje vêem os vestígios de seus inexpugnáveis muros, cuja tradição se conserva nos mesmos moradores, suposto se não acha por escrito o referido⁶⁷.

Esta referência ao Tributo das Donzelas em 1758 nas *Memórias Paroquiais* e a tradição de ser realizada pelos recém-casados deixa antever práticas antigas, que importa explorar num futuro próximo, cruzando estes dados com a etnografia portuguesa.

As lendas parecem refletir informação que é referida na documentação histórica, sendo esta informação veiculada ao longo dos tempos, nos diferentes documentos. Deste modo, no documento datado de 1732 referente à doação do Monte do Caramouro pela Câmara de Chacim aos congregados dos Barbadinhos, menciona-se que:

a Igreja de Balsamão no termo desta villa hé huma das antequissimas deste Reyno, e a Imagem da Senhora pordegiosamente milagroza a cujas merces, e prodígios concorrem destas comarquas da Torre, e Miranda, ...com suas procicoeins tanto em os dias das Ladainhas de Mayo com em outros tempos do Anno expecialmente em o dia de Nossa Senhora dos Prazeres em memoria e devidos agradecimentos ao beneficio que os feis christãos receberão na Expulsão dos Mouros que naquelle Cabeso e

⁶⁶ NOÉ, 2013a.

⁶⁷ CAPELA et al., 2007.

Monte viviam acastellados em hua Expugnavel fortaleza de que ainda se conservão parte dos seus Muros, e parecendo em o mesmo sítio em a ocasião de Batalha a Imagem de Nossa Senhora com huma redoma de celestial Balsamo do qual corrompendo-se o bocabullo tomou o monte por nome o cabeça de caramouro e a Senhora da Virgem de Balsamão deduzido e derivado da mesma Senhora,... curando os feridos com aquelle divino Balsamo, pelearão tão valorosamente que não somente os Expulsarão da dita fortaleza, mas tão de outras partes de toda a comarca...⁶⁸.

Neste documento fala-se do cabeça e do monte onde existia uma fortaleza incontestável, da qual ainda existe registo dos seus muros e explica-se a origem do vocábulo «Caramouro», embora não seja totalmente claro o texto a este respeito. O relato de um acontecimento histórico, como a referida batalha, teria sido tão importante que não só expulsou os Mouros do monte, mas de outras partes da região. Perante estes dados ficamos na dúvida se estas lendas se terão perpetuado nos documentos ou se os documentos históricos terão ajudado à construção e perpetuação das lendas na comunidade local, atendendo a que existiu a recolha de lendas na segunda metade do século XX, que relatam com muito pormenor alguns destes acontecimentos.

O que a arqueologia vem comprovar é a existência de dois espaços amuralhados no monte e no seu esporão, cujo acesso seria dificultado pela topografia do terreno, pelo menos em alguns setores, conforme os dados do Portal do Arqueólogo sobre o Castelucho de Balsemão:

Este esporão é um prolongamento natural para Leste, a baixa altitude, do monte onde se implanta o Castelo e Convento de Balsamão. Ao estar engravado no fundo do vale do Azibo, tem um fraco controlo estratégico sobre a área envolvente, mas tem boas condições defensivas naturais. Do lado Norte, a encosta cai em escarpa para a Ribeira de Chacim, e do lado Sul faz o mesmo para o Azibo, ainda que com menor inclinação. Os acessos naturais fazem-se pelos lados Leste e Oeste. A Poente encara a encosta para o Castelo de Balsemão, sendo por aí que hoje se acede ao povoado. A Nascente, embora tenha em frente o rio Azibo, existe uma vasta plataforma, de relevo suave, entre o povoado e o rio⁶⁹.

São escassas as referências documentais ao Castelo de Balsemão. Encontrámo-lo mencionado a propósito de conflitos entre cristãos na fronteira leonesa, durante o reinado de Afonso II, nomeadamente em 1212, ano em que o rei de Leão entrou em Portugal e ocupou «castelos na fronteira do Minho e na região de Trás-os-Montes: Valença, Melgaço,

⁶⁸ NOÉ, 2013a.

⁶⁹ DGPC.PA, 2022.

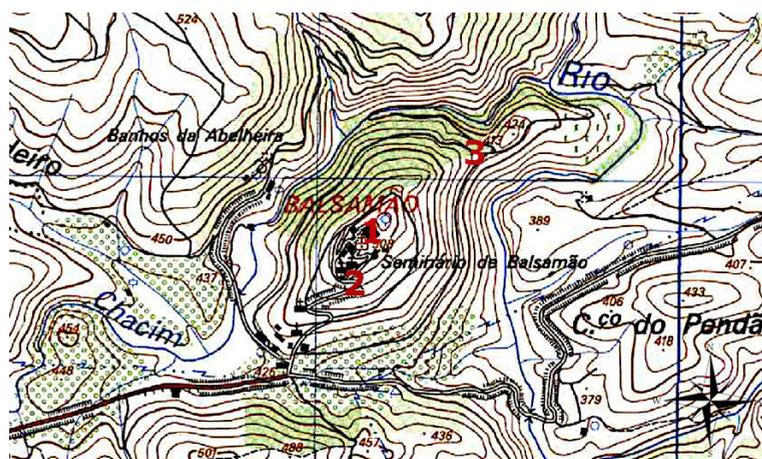


Fig. 4. Localização do:
 1. Convento de Balsamão; 2. Castelo de Balsamão; 3. Castelucho.
 Escala 1:25 000
 Fonte: IGEOE, [s.d.].
 Adaptação do autor

Freixo, Urros, Ulgoso, Balsemão, que foram devolvidos a Portugal pelo acordo estabelecido em Coimbra, em Novembro do mesmo ano»⁷⁰; e na obra de Fr. António Brandão, cronista-mor de Portugal, na quarta parte da *Monarchia Lysitana*, datada de 1632, na escritura n.º VI, p. 263, referida por Alexandre Herculano, [tomo II, 2.ª edição de 1852, pp. 162 a 173] que elucida a existência do Castelo de Balsamão, ativo e pertencente à Ordem dos Templários, a 21 de maio de 1213: «relata-nos que um dos castelos que, Afonso IX de Leão tomou, quando invadiu Trás-os-Montes em 1212 foi o Castelo de “Balsam” – Balsamão – assim como as terras de Laedra “Ledra” e Lampazes “Lampaças”»⁷¹.

O texto de Agostinho de Santa Maria, publicado em 1716⁷², a propósito dos santuários marianos, acrescenta alguns dados que nos permitem tecer algumas considerações:

- «[...] é tradição, que a batalha se dera no dia de Nossa Senhora dos Prazeres», celebração que ocorre na segunda-feira de Pascoela, ou seja, na segunda-feira «depois das Oitavas da Páscoa». Com o passar do tempo passou-se a celebrar a festa de Nossa Senhora de Balsemão nessa data.
- Para além da celebração religiosa, Santa Maria refere existir ainda em 1716, no dia de Nossa Senhora dos Prazeres, uma «solene procissão» que se realiza todos os anos «em ação de graças por esta assinalada vitória» e que reúne muitas procissões de várias terras, nomeadamente do bispado de Miranda e do arcebispado de Braga, «de três e quatro léguas em circuito», sendo que participam nesta procissão «o Senado da Câmara de Castro Vicente, com varas levantadas». A cruz da Igreja de Alfândega da Fé ocupa o melhor lugar da procissão «porque dizem lhe pertence a ela». Perante estes dados, estamos a falar de uma celebração que tem um carácter

⁷⁰ MARQUES, 1996: 42.

⁷¹ MENDES, BAËNA, BARBOSA, 2021: 108.

⁷² SANTA MARIA, 1716: 596-597.

regional, mas com um cunho político-administrativo que transcende as questões religiosas e de fé e que agrega populações e seus representantes oficiais das localidades de Alfândega da Fé e Castro Vicente, conferindo-lhes algum protagonismo. Talvez por esse motivo, este autor refira um motim, por volta de 1690, quando os de Chacim quiseram «tomar» o lugar [na procissão, no nosso entendimento] dos de Castro Vicente e perante a possibilidade de se perderem muitas vidas neste conflito entre Chacim e Castro Vicente, refere o autor que a questão foi resolvida: «E isto se estabeleceu e confirmou [...] por Provisão Real», mas também foi fruto da intervenção de Nossa Senhora que operou «uma grande maravilha» pois fez com que pessoas antigas e de autoridade se «interpuzessem com grande prudência, e para os sossegar» tendo argumentado, «que sempre os de Castro Vicente haviam vindo naquela forma, pela razão apontada, e que a Cruz da Vila de Alfândega sempre tivera o primeiro lugar, e que o Pároco de Chacim havia de celebrar a Missa, e havia de presidir, como até ali o havia feito, e o tinham também feito os seus antecessores, por ser aquele território da sua Abadia». Esta contenda entre comunidades vizinhas, com a intervenção de Nossa Senhora, parece reproduzir, embora com outros contornos e outros agentes, num outro tempo, o combate entre Cristãos e Mouros e a intervenção de Nossa Senhora, em tempos pretéritos.

- Particularmente relevante para o nosso estudo é a explicação que Agostinho de Santa Maria dá para uma outra denominação do monte como Caramouro e de um outro título de Nossa Senhora como Nossa Senhora de Cara-Mouro, porque também existia a tradição: «que quando vinham os Cristãos contra os Mouros, pelo caminho vinham dizendo, agora veremos a cara ao Mouro». Como vemos existem várias «tradições» relacionadas com este monte onde atualmente se encontra o Santuário de Nossa Senhora de Balsamão.
- Após a expulsão dos Mouros daqueles territórios, existem três hipóteses relativas à edificação da ermida: a) Procedeu-se à «purificação» da mesquita e dedicou-se este edifício a Nossa Senhora; b) Foi edificada uma Ermida; ou, c) Por ser a ermida muito velha, se mandou edificar a atual igreja para veneração de Nossa Senhora. Não existe a certeza de que a mesquita tivesse sido convertida em ermida, mas existe a consciência de que existiam neste monte as ruínas de uma fortaleza antiga: «Alguns querem que esta mesma Ermida, que persevera, seja a mesma Mesquita de que os Mouros usavam, e que os Cristão a purificaram, e dedicaram logo à mesma Senhora⁷³».

A questão da purificação da mesquita é um dado interessante. Mais do que arrasar um edifício antigo, o que seria um desperdício de recursos, seria comum, na época

⁷³ SANTA MARIA, 1716: 596-597.

medieval ou até antes, o reaproveitamento de infraestruturas preexistentes, conforme nos comprova a arqueologia. São inúmeros os casos de povoados fortificados ocupados em diferentes períodos históricos, dando-se o (re)aproveitamento das suas muralhas ou muros/edificações, de templos romanos transformados em igrejas, e, até mesmo mesquitas transformadas em igrejas (Igreja de Mértola e Sé de Lisboa). Neste caso em particular, uma mesquita, local de culto dos infiéis, o seu aproveitamento teria de ser feito noutros moldes. Para se poder reutilizar este edifício preexistente, com inúmeras vantagens (poupança de recursos materiais e trabalho), teria de se proceder à purificação da mesquita, e assim, convertendo-a ao culto cristão, oferecendo-a a Nossa Senhora pela graça de ter livrado o território e as jovens donzelas da terra da opressão dos Mouros.

- «O autor da Corografia Portuguesa diz que esta Ermida fora Mesquita de Mouros, e disse que havia vestígios em algumas ruínas junto a ella, aonde se ve um poço ou concavidade, que dizem ter comunicação com o rio Azibo»⁷⁴. Existem, efetivamente, ruínas do antigo castelo medieval, junto à Capela dos Cajados. Este poço ou concavidade pode remeter para uma cisterna, estrutura normalmente presente nos castelos medievais portugueses. Esta estrutura pode ter sido destruída ou ter ficado encoberta com as diversas modificações a que o espaço do monte foi sujeito.

No que diz respeito aos topónimos Balsamão e Chacim (e Castro Vicente, que pertencia na época medieval ao concelho de Chacim), Rui Sousa no seu texto sobre algumas freguesias de Macedo de Cavaleiros ausentes das Inquirições de D. Afonso III e D. Dinis refere, relativamente ao primeiro, que à data das Inquirições já existia a povoação de «Balsamõ» e que D. Dinis concedeu foral a 3 de dezembro de 1305 a «Crasto Viçente de Balsamon». Se a lenda refere Chacim como resultado da chacina dos Mouros, ela também significa porco, sendo esta uma designação antiga, mas Rui Sousa⁷⁵ declina essa explicação avançando com a seguinte teoria:

Esta terá sido, antes, uma «villa Flaccini», ou seja, a «quinta de Flacino». A evolução de «Flaccini» a «Chacim» não oferece grandes dificuldades. A transformação do conjunto «FL» em «CH» é vulgar na passagem da forma latina para o português, bastando pensar em Chaves ou Chama, vocábulos com origem em «Flaviae» ou «Flamulla». A evolução do restante vocábulo é por demais óbvia, atendendo à natural evolução de -inus, por via do genitivo -ini, para a terminação -im, em português. [...] Contrariando a lenda de mouros associada ao Monte Carrascal, ou do Caramouro, o local onde hoje se ergue um convento e onde existiu um anterior assentamento

⁷⁴ SANTA MARIA, 1716: 596-597.

⁷⁵ SOUSA, 2010: 70-72.

populacional de nome «Balsamō», conforme retratado nas Inquirições e em documentos posteriores, como é exemplo o já mencionado foral de «Craστο Viçente de Balsamon», terá tido origem, com reservas, numa «villa Balsamii». [...] No caso particular de Balsamius e das restantes derivações, é apontada uma origem grega a partir de Balsamus, prosseguindo para a raiz -blsm de origem púnica ou semítica, tendo seguimento, no período pós-romano na raiz gótica balths, com o significado de «audax, fidens, fortis» (aquele que é audaz, fiel e forte), gerando nomes germânicos como Balsimius, Balsmus, Balsimia, Balsemia, Balsmund e Balsoidis. [...] Derivará a mesma de uma «villa» romana ou da permanência de um «audax, fidens, fortis» dos germanos⁷⁶?

Destas explicações depreende-se que apesar da explicação popular e lendária de Chacim («chacina») ou Balsamão («Balsamo na Mão»), estes topónimos podem estar relacionados com a existência de possíveis vestígios romanos ou germânicos (Alta Idade Média) que lhes teriam dado origem. Esta hipótese é de alguma forma legitimada pela existência de vestígios romanos expressivos nestes locais e com o registo de uma ara com inscrição visigótica na Capela do Senhor da Fraga, em Castro Vicente.

No local onde se localiza a Capela do Senhor da Fraga⁷⁷ foi inventariado um povoado fortificado com vestígios romanos e medievais. Este sítio possui três designações diferentes: Castro Vicente/Senhor da Fraga/Santo Cristo (CNS 226)⁷⁸ ou ainda Divino Senhor da Fraga⁷⁹. Relativamente ao seu local de implantação, o Portal do Arqueólogo refere o seguinte: «O cabeço de Santo Cristo é um relevo destacado que emerge a sudeste da aldeia de Castro Vicente». No norte do cabeço existe um «istmo que permite o acesso ao interior de uma vasta plataforma de contornos aplanados», espaço este onde se detetam vestígios da estrutura defensiva que consiste numa muralha da qual se conseguem perceber pequenos troços com cerca de dois metros de espessura e cuja construção apresenta um aparelho ligado por argamassas, o que não é consistente com uma cronologia da Idade do Ferro, mas sim posterior. Destaca-se a existência de uma possível porta que daria acesso ao interior do recinto murado⁸⁰.

⁷⁶ SOUSA, 2010: 72.

⁷⁷ Existem outros vestígios arqueológicos na freguesia de Castro Vicente, mas que não se parecem relacionar com a lenda.

No entanto, a existência de uma ponte, ainda que de cronologia indeterminada, da qual apenas subsiste o arranque de um arco com o aparelho em xisto, mas designada pela população local de Castro Vicente como Ponte dos Mouros (CNS 19514), captou a nossa atenção. Não só pelo facto de estar conotada com os Mouros, mas também por se encontrar bastante próxima da Capela do Senhor da Fraga. Localiza-se a montante da confluência da Ribeira do Curricairo com o rio Sabor. Não se sabe se apenas subsiste o arranque de um arco da ponte porque terá sido destruída ou se não terá chegado a ser concluída (DGPC.PA, 2022).

⁷⁸ DGPC.PA, 2022.

⁷⁹ AFONSO, 1984: 680.

⁸⁰ DGCP.PA, 2022.

SIPA.DES.00005527

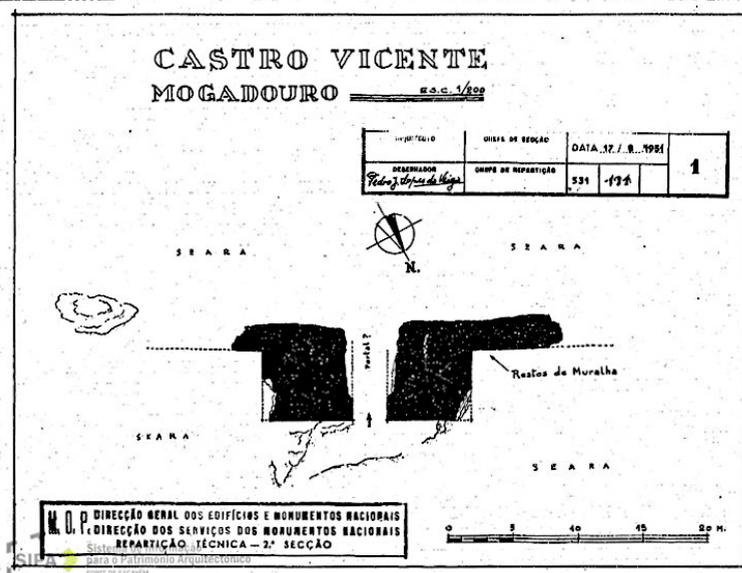


Fig. 5. Desenho de parte da muralha e possível porta do Castro de São Vicente (Mogadouro)
Fonte: DGPC.SIPA. DES. 00005527

São inúmeros os materiais cerâmicos romanos detetados no interior do recinto amuralhado, nomeadamente: *tegula*, *imbrex*, cerâmica do tipo comum, fragmentos de *dolia*, tijolo e fragmentos de *terra sigillata* (*sud-gálicas* e hispânicas, sugerindo uma ocupação do local durante o alto-império)⁸¹. Belarmino Afonso detetou, perto do muro do atual adro da igreja, uma pequena enxó, possivelmente neolítica, e dois vasos cerâmicos⁸² quase completos de cronologia pré ou proto-histórica⁸³. O Portal do Arqueólogo acrescenta que: «Apesar do local revelar uma predominância de materiais de cronologia romana é provável que a mais ancestral ocupação do sítio se tenha iniciado durante a época do ferro, e a sua fase final se tenha arrastado até à época medieval». No que concerne à ocupação medieval do sítio, refere a possibilidade da Capela do Santo Cristo, que se localiza na extremidade norte do Cabeço, ser uma estrutura de origem medieval, apesar de muito descaracterizada devido às intervenções posteriores. Veja-se, por exemplo, a existência de três representações em granito com contornos antropomórficos embutidos na parede exterior da cabeira da capela que poderiam ter pertencido a um templo românico construído neste mesmo local e entretanto destruído ou alterado. No interior desta capela foram ainda detetados, em 1983, uma estela funerária dupla com inscrição, uma ara anepígrafa e uma inscrição presumivelmente «visigótica»⁸⁴. A ara votiva romana da Capela do Senhor da Fraga (CNS 19522) foi encontrada fragmentada, aquando da realização de obras no altar,

⁸¹ DGCPA, 2022.

⁸² AFONSO, 1984: 680.

⁸³ DGCPA, 2022.

⁸⁴ LEMOS, 1993: 284 apud DGCPA, 2022.

é feita em pedra de talco e apresenta uma inscrição⁸⁵. A estela funerária dupla com inscrição (CNS 19520), de cronologia romana, serve de pilastra ao arco da capela⁸⁶.

Neste local acreditavam ter existido a antiga vila de Castro Vicente, sendo que em 1751 era referida com Vila Velha, onde ainda subsistia a Ermida do Santo Cristo da Fraga que não fica muito longe de «uma penha inacessível e de altura tal, que perturba a vista a quem quer olhar para baixo dela: chamam-lhe a Fraga da Vila Velha»⁸⁷. A aldeia de Castro Vicente teria sido uma antiga vila medieval da qual o pelourinho ainda faz prova, tendo sido sede de concelho até 1836. Foi anexada, sucessivamente, primeiro ao concelho de Chacim (entretanto extinto), a Macedo de Cavaleiros, a Alfândega da Fé, pertencendo hoje ao concelho de Mogadouro, com a particularidade de ser a única aldeia deste concelho que fica na margem direita do rio Sabor⁸⁸.

As *Memórias Paroquiais* de 1758 explicam que os romeiros se deslocavam a este «santuário» para cumprirem os seus votos, sendo frequente, quando se encontravam doentes, fazerem a promessa de oferecerem o seu peso em trigo⁸⁹.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou compreender a relação entre os Mouros e os vestígios arqueológicos que pontuam a paisagem transmontana, nomeadamente no antigo concelho de Chacim, que abarcava a freguesia de Castro Vicente, hoje pertencente a Mogadouro.

Ao contrário das lendas de Mouros e Mouras Encantadas que direcionam um outro caminho ligado ao sobrenatural e ao fabuloso, as lendas que expusemos neste artigo relacionam-se com a ocupação árabe da Península Ibérica e com o processo de Reconquista Cristã, nesta contenda secular entre Cristãos e Mouros, entre os «bons» e os «maus», entre opressores e oprimidos. A figura dos Mouros é de tal forma malvista que se refere, nos casos apresentados, ao Tributo das Donzelas, visto como algo vexatório para as populações, nomeadamente para as jovens noivas e o agressor é sempre um Mouro poderoso ou um rei mouro que exige um determinado número de donzelas para o seu harém, 12 donzelas numa das lendas. Ora este tributo pode estar relacionado com a Batalha de Clavijo, onde se dá a aparição do apóstolo Santiago e aos votos de Santiago⁹⁰, elementos que recuam ao século IX. Conforme dissemos anteriormente, são temas que necessitam de ser devidamente explorados e aprofundados, mas o que convém destacar é a importância do pagamento de tributos ou impostos, para além do facto de possíveis acontecimentos históricos do século IX ressoarem em lendas registadas documentalmente no século XVIII em Trás-os-Montes.

⁸⁵ DGPC.PA, 2022.

⁸⁶ DGPC.PA, 2022.

⁸⁷ CARDOSO, 1751 *apud* ALVES, 2000 [1934]: 172.

⁸⁸ AFONSO, 1984: 679.

⁸⁹ CAPELA *et al.*, 2007.

⁹⁰ BRAGA, 1948.

Estas lendas parecem fundir dados históricos relacionados com a Reconquista com dados locais, referentes à história local e de convivência social. São diferentes esferas que se cruzam, numa história oral que vai sendo transmitida de geração em geração, de vizinho em vizinho, trazendo os ecos do passado, mas adaptando-o às vicissitudes do quotidiano. Veja-se, a este propósito, a descrição feita por Agostinho de Santa Maria para a contenda entre vizinhos a propósito do lugar de destaque na procissão da Festa de Caramouro já em pleno século XVIII, que conta inclusive com a benéfica intercessão de Nossa Senhora. Dos dados apresentados podemos afirmar que a festa ainda se realizava entre 1716 e 1866. «Veremos a cara ao mouro», será que Caramouro tem mesmo este significado? Terá de ser algo significativo pois a relação desta festividade e a sua sobreposição à data de Nossa Senhora dos Prazeres (ou das Alegrias de Nossa Senhora), supostamente a data de batalha, não será aleatória. Mas será que esta palavra Cara-Mouro pode ter diferentes significados que ainda não conseguimos deslindar? Como vimos a propósito dos termos «Chacim» e «Balsamão» existem outras explicações para estes topónimos, nomeadamente a tentativa de os relacionar com registos que aparecem na documentação antiga, inferindo a partir daí uma relação com a ocupação romana ou germânica do território, o que parece ser um caminho legítimo de análise. É significativo que na segunda metade do século XIII e inícios do século XIV se registem as povoações de *Balsamão* e *Crasto Viçente de Balsamon*. Será que estas povoações da Baixa Idade Média se referem ao Castelo de Balsamão e ao povoado do Senhor da Fraga, também denominado «vila Velha»? Para além disso, impõe-se a pergunta: de que forma estes dois lugares se relacionavam? Castro Vicente pagaria tributos a Balsamão? De que forma se operava a relação entre povoações dentro deste território? Como se deu o processo de Reconquista nesta zona de Trás-os-Montes? Numa zona de fronteira entre árabes e cristãos, sujeita a conflitos entre membros das famílias reais de Portugal, Castela, Leão pela posse dos territórios, qual será o papel destas fortificações no período medieval? Estariam situadas em zonas de fronteira, sujeitas a incursões dos inimigos?

Indubitavelmente, estamos na presença de dois povoados, fortificados, com estruturas arquitetónicas de alguma imponência, sejam as muralhas do castelo sejam os atuais muros de dois metros do Senhor da Fraga e com uma implantação topográfica que se destaca na paisagem. O domínio visual que ambos os locais possuem permite-lhes não só serem vistos a grandes distâncias, mas igualmente controlarem os acessos e toda a paisagem envolvente. Estes sítios arqueológicos parecem ter ocupações em períodos cronológicos semelhantes: Idade do Ferro, romanos e medievais, para além da cristianização do espaço com a construção de ermidas ou capelas, embora a Ermida de Nossa Senhora de Balsamão tenha sido objeto de sucessivas alterações e ampliações desde o século XVIII em diante. Ao nível artefactual, as descrições parecem atribuir algum destaque aos materiais romanos, mas isto resulta de dados de prospeção avulsas, que são muito circunstanciais, pelo que se impõe a realização de trabalho de campo,

nomeadamente a desmatção do local, prospeções sistemáticas e sondagens ou escavações. Embora o Monte de Balsamão se encontre já muito alterado em virtude da construção do santuário e da atual utilização do espaço, há todo um trabalho de prospeção que pode ser realizado, nomeadamente a observação da Capela dos Cajados, assim como de todos os edifícios do santuário e do que resta da muralha e cubelo do castelo, por exemplo. Propomos a realização de prospeções geofísicas nestes três sítios arqueológicos, processos não invasivos que permitem aferir que tipo de estruturas se encontram ocultas no subsolo. Seria interessante perceber de que forma se relaciona o castelo com o castelucho. Outra possibilidade de trabalho seria averiguar se os Marianos⁹¹ possuem objetos guardados durante a sua administração do espaço, que possam ser vestígios arqueológicos ou analisar a documentação que o santuário possui sobre o monte. Relativamente ao Senhor da Fraga, poder-se-ia realizar o mesmo tipo de pesquisa que sugerimos para Balsamão.

No Monte do Carrascal ou Caramouro, assim como no Senhor da Fraga estamos em presença de um interessante fenómeno de sacralização de um determinado espaço, no sentido de o tornar sagrado, mas ele não é apenas sagrado, ele torna-se um espaço cristão, operando-se assim a cristianização de um espaço sagrado. Em ambos se afirma terem existido mesquitas árabes, posteriormente transformadas em igrejas. Não são castelos árabes ou outro tipo de construção. Fala-se em mesquitas, espaços sagrados, de oração. Conforme tivemos oportunidade de referir, a partir do texto de Agostinho de Santa Maria, existe a possibilidade de a Ermida de Nossa Senhora de Balsamão ter aproveitado um edifício preexistente, tendo este sido purificado. Mas também nos parece curioso o facto de a Capela dos Cajados ser diferente de todas as outras e situar-se muito próximo dos vestígios do castelo que ainda subsistem. Seria uma capela que se situava fora das muralhas do castelo, mas dentro de uma possível cerca muralhada que rodeava o perímetro do monte? Teria sido um edifício romano reaproveitado durante a ocupação do morro na época medieval, aproveitando-se e transformando-se, posteriormente, em capela que integra o caminho que recria a Paixão de Cristo? Segundo Maria da Graça Rodrigues e Ricardo Naito: «A alteração de uma arquitectura preexistente resulta do aumento gradual da devoção para com o Senhor dos Passos», que teria resultado numa ampliação do edifício, cuja data de conclusão da obra será a de 1777⁹². Apesar destes dados, seria interessante descartar, liminarmente, as hipóteses que colocamos sobre este espaço em particular. Em relação à Capela do Senhor da Fraga, existem evidências do reaproveitamento ou reutilização de vestígios romanos e românicos, tanto no interior da capela como no exterior, o que reforça a hipótese de neste local terem existido estruturas romanas e um edifício românico. Pode dar-se o caso de os materiais terem

⁹¹ Congregação dos Clérigos Regulares Marianos da Imaculada Conceição.

⁹² RODRIGUES, NAITO, 2007: 22.

sido levados de outros sítios e incorporarem esta nova construção da Época Moderna, mas estamos apenas no campo das hipóteses e possibilidades. No Senhor da Fraga foram recolhidas uma estela funerária, uma ara sem inscrições e uma ara votiva com uma inscrição que refere um ex-voto; também relativamente ao Convento de Balsemão existe notícia de terem sido destruídos vestígios de ossadas humanas, a par da existência de um possível eremitério. Talvez a ideia de purificação se relacione com a noção, já apresentada anteriormente, que para se reutilizar edifícios preexistentes, estes tenham que ser purificados e cristianizados. Não nos esqueçamos de que muitas destas lendas se forjam num período de ocupação árabe e num processo de Reconquista Cristã, veiculando os ideais da Igreja Católica contra os infiéis. Porém, esta afirmação não é taxativa porque estes sítios com longas diacronias, onde foram construídas igrejas de cunho popular, nem sempre estão associados à ideia da oposição entre Cristãos e Mouros, mas sim à sacralização de espaços que apresentam vestígios de ocupações antigas, que de alguma maneira eram «sacros» ou importantes e que se impunha «cristianizar» através da construção de capelas, erigindo cruzeiros, gravando cruciformes⁹³, fazendo procissões, etc.

A análise da lenda de Castro Vicente ou da versão da Senhora de Balsamão permitiu relacionar e cruzar dados históricos, vestígios arqueológicos, tradições populares, práticas religiosas e topónimos, destacando aspetos que podiam permanecer na penumbra. Possibilitou, igualmente, olhar para o Monte Carrascal de outra maneira, relacionando povoações vizinhas como Chacim (sede de concelho até ao século XIX) e Castro Vicente, ou reconhecer a existência de vestígios arqueológicos que merecem um estudo aprofundado, nomeadamente ações de limpeza, prospeção arqueológica, sondagens e escavações arqueológicas, e, se possível, o estudo de materiais arqueológicos.

Ao contrário do descrédito e até de algum desdém pelas lendas dos Mouros, demonstrada por arqueólogos e historiadores dos primórdios da arqueologia, em Portugal, o que nos propusemos expor é que a tradição oral, nesta versão lendária, demonstra uma grande complexidade e riqueza de dados, que até a nós, arqueólogos, demonstra ser proveitosa. Obviamente, temos de olhar para as lendas como algo que necessita de ser explorado por vários ângulos e é nesse processo exploratório, que abre caminho a novas formas de olhar o território e à própria paisagem, que reside a sua pertinência e o seu interesse. Não são apenas coisas de Mouros, antigas, são também parte integrante do quotidiano de uma determinada comunidade, que tentou explicar a origem daqueles vestígios e a sua arquitetura, relacionando-os com os seus modos de vida, com os seus receios/medos, com o seu passado.

⁹³ VIEIRA, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

- ADLOT: «Arquivo Digital da Literatura Oral Tradicional». 2022. [Consult. 1. dez 2022]. Disponível em <<http://www.adlot.fl.ul.pt/community/#front>>.
- AFONSO, Belarmino (1984). *Património arqueológico na aldeia de Castro Vicente*. «Brigantia». 4:4 (out./dez.) 679-688.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1981). Território paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua sacralização. «Nova Renascença». 1:2, 202-212.
- ALONSO ROMERO, Fernando (1998). *Las moursas constructoras de megalitos: estudio comparativo del folklore gallego con el de otras comunidades europeas*. «Anuario Brigantino». 21, 11-28.
- ALVES, Francisco Manuel (2000 [1934]). *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança: arqueologia, etnografia e arte*. Porto: Emp. Guedes, vol. 9.
- ALVES, Lara Bacelar (2001). *Rock art and enchanted moors: the significance of rock carvings in the folklore of north-west Iberia*. In WALLIS, Robert J.; LYMER, Kenneth, eds. *A Permeability of Boundaries? New Approaches to the Archaeology of Art, Religion and Folklore*. Oxford: British Archaeological Reports, pp. 71-79. (BAR International Series; 936).
- APARICIO CASADO, Buenaventura (2004). *Mouras, serpientes, tesoros y otros encantos. Mitología popular gallega*. A Coruña: Edicións do Castro. (Cadernos do Seminario de Sargadelos; 80). «Arquivo Português de Lendas». 2022. [Consult. 1 dez. 2022]. Disponível em <<https://www.lendarium.org/pt/>>.
- BLANC-PAMARD, Ch.; RAISON, J. P. (1986). *Paisagem*. In GIL, Fernando *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. 8, pp. 138-160.
- BRAGA, Alberto Vieira (1948). *Curiosidades de Guimarães. XI O voto de Santiago*. «Revista de Guimarães». 58:1-2 (jan.-jun.) 17-77.
- BRAGA, Teófilo (1987). *Lendas, patranhas e fábulas*. In BRAGA, Teófilo. *Contos tradicionais do povo português (II)*. Lisboa: Etnográfica Press. DOI:10.4000/books.etnograficapress.5418.
- BRANDÃO, Abílio (1911). *Lendas de mouras encantadas*. «Revista Lusitana». Lisboa: Livraria Clássica Editora. Vol. XIV.
- CAMPELO, Álvaro; COSTA, Francisco da Silva; VIEIRA, António, ed. (2013). *A paisagem: introdução a uma gramática do “espaço”*. Braga: Universidade do Minho. Departamento de Geografia.
- CAPELA, José Viriato et al. (2007). *Votos, romagens e romarias, clamores e procissões, milagres. Referências nas Memórias Paroquiais de 1758*. In CAPELA, José Viriato, coord. *As freguesias do Distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. [Braga]: J.V.C, vol. 4.
- CARDOSO, Luís (1751). *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, tomo II.
- CARTAS de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmento. «Revista de Guimarães». 64:1-2. (jan.-jun. 1954) 5-22.
- CASINHA NOVA, Maria Manuela Neves (2012). *As Lendas do Sobrenatural da Região do Algarve*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. 1. Tese de doutoramento.
- «Centro de Estudos Ataíde Oliveira». 2022. [Consult. 1 dez. 2022]. Disponível em <<https://www.ualg.pt/centro-de-estudos-ataide-oliveira>>.
- CHAVES, Luís (1924). *Lendas de Portugal: contos de mouras encantadas*. Lisboa: Livraria Universal.
- CIDRAES, Maria de Lourdes (2013). *Encantamentos, milagres e outros prodígios: os animais das nossas lendas*. Lisboa: Centro de Tradições Populares Portuguesas. [Consult. 8 dez. 2022]. Disponível em <<http://www.adlot.fl.ul.pt/community/#front>>.
- CIDRAES, Maria de Lourdes (2014). *As lendas portuguesas. Temas. Motivos. Categorias*. Lisboa: Apenas Livros.

- CIDRAES, Maria de Lourdes [s.d.]. *Anexo II - Classificação do género “lenda” (NR/LOT-CTPP/2013/LCI-DRAES)*. «Arquivo Digital de Literatura Oral Tradicional». [Consult. 1 dez. 2022]. Disponível em <<http://www.adlot.fl.ul.pt/manager/download/F959D121630666A7F2ACD9CEB6239EF1/5ADBF-14CB3DABF3DCFA6E4CA046ACAC3>>.
- CORREIA, João David Pinto [s.d.]. *Literatura oral tradicional: conceito e características*. «Arquivo Digital de Literatura Oral Tradicional». Documentos do projecto ADLOT. [Consult. 8 dez. 2022]. Disponível em <<http://www.adlot.fl.ul.pt/community/#front>>.
- COSTA, António Carvalho da (1706-1712). *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso. 3 vols. [Consult. 4 out. 2022]. Disponível em <<https://purl.pt/434>>.
- DGPC.PA: Direção-geral do Património Cultural. «Portal do Arqueólogo». 2022. [Consult. 1 dez. 2022]. Disponível em <<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>>.
- GONZÁLEZ REBOREDO, Xosé Manuel (1999). *Mouras, varóns e liñaxes – Achegamento ós seres femininos do imaxinario popular de Galicia e Portugal*. «Revista de Guimarães». 109, 57-78.
- LEAL, Augusto de Pinho (1874). *Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira, vols. 3 e 4: F-L.
- MARQUES, Amália (2013). *Mouras, mouros e mourinhos encantados em lendas do norte e sul de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta. Tese de mestrado. [Consult. 1 dez. 2022]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.2/2609>>.
- MARQUES, Gentil (1997). *Lendas de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 1.
- MARQUES, José Joaquim Dias (2014). *The Legend of the Little Seamstress (‘A Costureirinha’)*. In POLYMEROU-KAMELAKE, Aikaterini, ed. *Narratives Across Space and Time: Transmissions and Adaptations: Proceedings of the 15th Congress of The International Society for Folk Narrative Research (June 21-27, 2009 Athens)*. Atenas: Academy of Athens, Hellenic Folklore Research Centre, vol. 2, pp. 469-478. (Publications of the Hellenic Folklore Research Centre).
- MARQUES, José Joaquim Dias (2021). *Os Mouros e Mouras Encantados: Sua patrimonialização em Portugal e na Galiza e teorias sobre a origem do seu nome*. In PAZOS-JUSTO, Carlos, ed. *Galiza e(m) nós: Estudos para a compreensão do relacionamento cultural galego-português*. Lisboa: Edições Húmus; CEHUM, pp. 229-269.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (1996). *O Poder e o Espaço: as etapas de crescimento do Reino*. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira, dir. *Nova Historia de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 11-163. Vol. III: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do condado portucalense à Crise do Século XIV*.
- MENDES, Carlos A.; BAËNA, Miguel; BARBOSA, Pedro (2021). *A Ordem dos Cavaleiros do Templo no Nordeste Português. Macedo de Cavaleiros um Concelho Templário*. «Caderno Terras Quentes». 16.
- MENDONÇA, Lina Santos (2018). *Da voz lírica do Alentejo: contributo para o estudo da literatura oral e tradicional de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- MENDONÇA, Lina Santos (2019). «Reguengos de Monsaraz, terra de seres encantados que se revelam em noites de luar». *Recolha e estudo de algumas lendas da tradição oral*. «Estudis de Literatura Oral Popular / Studies in Oral Folk Literature». 8, 77-97. DOI: <https://doi.org/10.17345/elop201977-97>.

- NOÉ, Paula (2013a). *Convento de Balsamão / Santuário de Nossa Senhora de Balsamão*. «Sistema de Informação para o Património Arquitectónico». [Consult. 1 dez. 2022]. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20091>.
- NOÉ, Paula (2013b). *Castelo de Balsamão*. «Sistema de Informação para o Património Arquitectónico». [Consult. 22 nov. 2022]. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=20090>.
- OLIVEIRA, Francisco Xavier d'Ataíde (1994). *As Mouras Encantadas e os Encantamentos no Algarve*. Loulé: Notícias de Loulé.
- OLIVEIRA, Carlos Prada de (2006). *A Diocese de Miranda do Douro em meados do séc. XVIII segundo as Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais.
- PARAFITA Alexandre (2006a). *Mouros Míticos em Trás-os-Montes – contributos para um estudo dos mouros no imaginário rural a partir de textos da literatura popular de tradição oral*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Tese de doutoramento, vol. I.
- PARAFITA, Alexandre (2006b). *A Mitologia dos Mouros: Lendas, Mitos, Serpentes, Tesouros*. Vila Nova de Gaia: Gailivro.
- PARAFITA, Alexandre (2007). *Património Imaterial do Douro. Narrações Oraís. Contos, Lendas, Mitos*. Lisboa: Âncora Editora, vol. 1.
- PEDROSO, Z. Consiglieri (1881). *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa (As Mouras Encantadas)*. Porto: Imprensa Commercial.
- QUINTÍÁ PEREIRA, Rafael (2016). *Análise Estrutural e Simbólica do Mito da Moura*. 1.^a edição. [S.l.]: Doutor Alveiros.
- QUINTÍÁ PEREIRA, Rafael (2020). *A moura que criou o mundo. O mito galego da creación*. Ilustracións de Polo Correo do Vento. Pontevedra: Ab Origine Edicións.
- QUINTÍÁ PEREIRA, Rafael (2021). *Pola limia entre mouras, santas e raíñas. A mitoloxía como reservatorio ritual e a reciclaxe de mitemas*. «Lethes. Cadernos culturais do Limia». 15.
- RASTEIRO, Joaquim (1897). *Noticias archeologicas da Peninsula da Arrabida*. «O Arqueólogo Português». Lisboa: Museu Ethographico Portugues. Imprensa Nacional. 1.^a Série. III:1/2, 1-48.
- RODRIGUES, Maria da Graça, NAITO, Ricardo (2007). *A herança dos milagres – arte, património e cultura: os ex-votos no santuário de Nossa Senhora de Balsamão*. «Cadernos Terras Quentes» 4.
- SALGUEIRO, Teresa (2001). *Paisagem e Geografia*. «Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia». 36:72. DOI: <https://doi.org/10.18055/Finis1620>.
- SANTA MARIA, Fr. Agostinho de (1716). *Da Imagem de N. Senhora de Balsamão, ou Cara-Mouro, do Termo de Chacim*. In SANTA MARIA, Fr. Agostinho de. *Santuário Mariano, E Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora, E das milagrosamente apparecidas [...]*. Lisboa: na Oficina de Antonio Pedrozo Galram, tomo V, livro II, título XIV, pp. 594-599. Disponível em <https://www.google.pt/books/edition/_/xyy-LyBtk8sC?hl=pt-PT&gbpv=1>.
- SARMENTO, Francisco Martins (1881). *O que podem ser os mouros da tradição popular*. «O Pantheon». Porto. Ano I, 105-106.
- SARMENTO, Francisco Martins (1888). *Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães*. «Revista de Guimarães». 5:3 (jul.-set.) 109-121.
- SARMENTO, Francisco Martins (1990). *Crendices*. «Revista de Guimarães». 100 (jan.-dez.) 27-33.
- SOUSA, Rui (2010). *Arcas, Corujas, Lombo, Murços, Olmos, Soutelo Mourisco e Vilar do Monte - Sedes de freguesia ausentes nas inquirições de D. Afonso III e D. Dinis – Reflexões acerca da sua omissão*. «Caderno Terras Quentes». 7.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1897). *Religiões da Lusitania: na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 1.

VIEIRA, Alexandra (2009). Christian Religious Landscape and Earlier Archaeological Evidence in the Trás-os-Montes and Alto Douro region (Portugal). «Journal of Iberian Archaeology». Porto: ADECAP, vol. 12.

CARTOGRAFIA

IGEOE: INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO [s.d.]. [*Carta Militar de Portugal*] [Material cartográfico]. Escala 1: 25 000. Folhas n.º 50 e 78, Série 888. Lisboa.